

# IMPrensa DE EDUCAÇÃO E ENSINO TUTELADA PELA ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA REGIONAL PORTUGUESA (ANOS DE 1980-1990)

CARLOS MANIQUE DA SILVA

Correo-e: manique@net.sapo.pt  
*Instituto de Educação, Universidade de Lisboa*

## 1.- INTRODUÇÃO

O presente texto toma como fonte e objeto de estudo os periódicos de educação e ensino publicados sob a responsabilidade editorial do Ministério de Educação. Considera, porém, a especificidade de terem sido editados pelos serviços regionais do dito Ministério. Na verdade, a ideia é perceber – para uma temporalidade que se estende entre a década de 1980 e a seguinte, quando se começa a alterar o monopólio centralizador na definição das políticas educativas e no governo das escolas – que ajustes são observados no processo de governação. Não se trata, no fundamental, de perscrutar de que forma o Ministério da Educação constrói, a partir do centro, um discurso educativo. Trata-se, sim, de seguir a agenda da administração educativa regional. É aqui útil o conceito de *territorialidade educativa*, traduzindo a adaptação do sistema educativo a diferentes públicos e a realidades heterogêneas (Cruz, 1997). Em linha com a investigação de Luís Miguel Carvalho e Jorge do Ó (2009, p. 190), valorizamos o princípio de que a imprensa de educação e ensino “pode ser problematizada como parte de um processo de construção de arenas especializadas na mediação do conhecimento educacional”.

Na primeira parte do texto procedemos à identificação dos títulos publicados tanto pelos serviços centrais como pelos serviços regionais do Ministério da Educação (afigura-se útil esse confronto), caracterizando-os, genericamente, em função dos seguintes itens: i) título, local e ciclo de publicação; ii) editor.

Depois, elegemos um dos títulos referenciados – *Território Educativo* (Porto, 1997-2002), precisamente o que tem o ciclo de publicação mais longo – com o propósito de analisar de que forma a escola, paulatinamente, se constitui como centro das políticas educativas (devendo estas, aliás, ter uma dimensão local). Interessa-nos, em particular, rastrear as temáticas ligadas às políticas educativas, ao “sistema escolar”, à autonomia das escolas e, mesmo, à gestão do currículo. Metodologicamente, a opção adotada foi a de analisar “artigos principais” (Carvalho & Cordeiro, 2009), ou seja, textos completos com título e autor identificados (autor, sublinhe-se, português). O foco de análise foi a rubrica intitulada “Dossiê”, na qual, nos seis primeiros números do citado periódico, são abordadas questões correlatas à territorialidade educativa.

## 2.- IDENTIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA IMPRENSA DE EDUCAÇÃO E ENSINO PUBLICADA PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (ANOS DE 1980-1990)

Ao longo das décadas de 1980 e 1990 há um conjunto de títulos publicados pelos serviços centrais e regionais do Ministério da Educação que espelha novas preocupações. Por exemplo, ganha força a tese de que o sistema de ensino se deve adaptar à heterogeneidade do público escolar, tornando-se (mais) equitativo. É nesse sentido que a noção de “território” passa a ocupar um lugar central nos debates sobre política educativa (Canário, 2004); traduz, segundo o mesmo autor, não só a crescente assunção da “ingovernabilidade” dos sistemas escolares, como também o questionamento da *forma escolar* e a tendência para o desenvolvimento de estratégias locais de ação educativa (Canário, 2004). Desse modo, não surpreende que temas como a gestão e autonomia dos estabelecimentos de ensino, assim com a ordenação administrativa do sistema educativo entrem na ordem do dia, entre outros. A propósito, pela sua relevância, convém assinalar algumas diligências que ocorrem na referida temporalidade. Desde logo, no quadro da regionalização educativa, medidas de desconcentração que levam à criação das Direções Regionais de Educação (Decreto-Lei n.º 3/87, de 3 de janeiro). Por outro lado, mencione-se o estabelecimento de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (Despacho 147-B/ME/96), visando definir uma nova relação entre a escola e os alunos em zonas consideradas “difíceis” (a que subjazem fenómenos sociais). Nesse mesmo ano, consagra-se a possibilidade de criar turmas com currículos alternativos (autorizadas pelo Despacho n.º 22/SEEI/96), no pressuposto de que a heterogeneidade dos alunos deve ser olhada como um recurso e não como uma fatalidade. No final da década de 1990 dá-se início ao processo de Revisão Participada do Currículo do Ensino Básico e do Currículo do Ensino Secundário (1997), sem esquecer o esforço para garantir o acesso generalizado à educação pré-escolar (1997). Por outro lado, é publicado o Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, bem como dos respetivos agrupamentos, consagrando a

seguinte ideia: “a autonomia das escolas e a descentralização constituem aspectos fundamentais”, no sentido de concretizar “a democratização, a igualdade de oportunidades e a qualidade do serviço público de educação” (Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio).

Em suma, enunciámos algumas medidas de política educativa, tomadas entre o final da década de 1980 e o final da década seguinte, que visaram combater a exclusão “escolar”. Importa, agora, retomando a ideia expressa no início da presente secção, perceber de que forma a imprensa de educação e ensino tutelada pelo Ministério da Educação espelhou novas preocupações.

Para o efeito, começemos por consultar o Quadro 1, no qual, para as referidas décadas, se cotejam as publicações editadas pelos serviços centrais e regionais do Ministério da Educação.

Quadro 1. Periódicos editados pelos serviços centrais e regionais do Ministério da Educação (anos de 1980-1990)

Ano de criação da publicação	Títulos editados pelos serviços centrais do ME (c/ indicação do último ano de publicação)	Títulos editados pelos serviços regionais do ME (c/ indicação do último ano de publicação)
1980	<i>Boletim Informativo</i> (1983)	-
1981	-	-
1982	<i>Cadernos JAVE</i> (1991); <i>Forma</i> (1993)	-
1983	<i>Folha Bibliográfica</i> (1991)	-
1984	<i>Sinal - AV3. Revista do Instituto Português de Ensino a Distância</i> (1987)	<i>A Renascença Urbana e a Escola</i> (1985)
1985	-	<i>Boletim Projecto de Formação Contínua dos Professores do Ensino Primário</i> (1985); <i>Maresia</i> (1985); <i>Um novo futuro para a minha cidade</i> (1985); <i>Seiva</i> (1985)
1986	<i>Noesis</i> (em publicação); <i>Revista IIE</i> (1988)	-
1987	<i>Cadernos do Instituto Nacional de Investigação Científica</i> (1987)	-
1988	<i>Inovação. Revista do Instituto de Inovação Educacional</i> (2002)	-
1989	GEP Educação. <i>Boletim do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação</i> (1992); <i>Saúde e Escola</i> (1992)	<i>Boletim de Informação GETAP</i> (1992)
1990	<i>Boletim Bibliográfico</i> (1991); <i>Boletim Informativo</i> (1990)	-
1991	<i>Boletim A Escola e os Descobrimentos</i> (2000)	<i>Presença</i> (1992)
1992	<i>IGE Informação</i> (em publicação); <i>Integração</i> (1992)	<i>Boletim Informativo da Coordenação da Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo</i> (1992)
1993	<i>A Escola é para Todos</i> (1998)	-
1994	-	<i>Revista Educativa</i> (1998)
1995	<i>Na Crista da Onda</i> (2001)	-
1996	<i>Área-Escola</i> (1998); <i>Faca Informação</i> (1999); <i>Contactos/ Currículos Alternativos</i> (1998); GEDEPE. <i>Boletim para a Expansão e Desenvolvimento da Educação-Pré-Escolar</i> (1998)	<i>Território Educativo</i> (2002)
1997	<i>Apoios Educativos</i> (2000); <i>GAERI Informação</i> (2003)	<i>Educação no Centro</i> (2002); <i>Práticas</i> (2001)
1998	-	-
1999	-	-

Fonte: Silva (2010).

Como comentário, duas notas iniciais. A primeira, para constatar que 35,3% dos periódicos são publicados na esfera da administração regional; traduz a alteração do papel do Estado no processo de administração da educação (ainda que paulatina e mais visível a partir de meados da década de 1980). A segunda,

relacionada com a ideia que acabámos de transmitir, para sublinhar a efemeridade dos títulos publicados pelos serviços regionais – exceção feita, não estranhamente, às revistas tuteladas pelas Direções Regionais de Educação (*Território Educativo*, Porto; *Educação no Centro*, Coimbra; *Práticas*, Lisboa); algo que não é tão sensível nos periódicos publicados pelos serviços centrais. Quanto aos títulos, propriamente ditos, falam certamente por si os seguintes (na esfera das administrações central e regional): *Contactos/Currículos Alternativos*, *Território Educativo*, *Apoios Educativos*, *Práticas*, *A Escola é para Todos*. Com efeito, revelam a ideia de que a escola deve ser o centro das políticas educativas. Mais, a de que é preciso compreender a escola por dentro e explicitar as práticas quotidianas, assim como combater os fenómenos de exclusão “escolar” (Silva, 2010). Em causa, nesse momento histórico, a consolidação da escolaridade básica de 9 anos. Interessa-nos, ainda, fazer uma leitura contextualizada dos periódicos publicados pela administração regional. Para o efeito é útil identificar os respetivos editores, bem como os locais de edição. Atente-se, pois, nos Quadros 2 e 3.

Quadro 2. Periódicos tutelados pela administração educativa regional (editores, anos de 1980-1990)

Editores
Direção Regional de Educação do Norte
Direção Regional de Educação de Lisboa
Direção Regional de Educação de Lisboa, Coordenação da Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo
Ministério da Educação, Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional
Direção-Geral do Ensino Básico, Direção de Serviços do Ensino Primário, Coordenação Regional de Coimbra
Direção Regional de Educação do Centro
Direção-Geral de Educação de Adultos, Coordenação Distrital de Viana do Castelo
Direção-Geral do Ensino Básico, Delegação do Porto
Direção Regional de Educação do Norte, Centro de Área Educativa de Braga
Direção Regional de Educação do Norte, Centro de Área Educativa de Vila Real, Educação Recorrente e Extraescolar
Direção-Geral de Educação de Adultos, Coordenação Concelhia de Barcelos

Fonte: Silva (2010).

Quadro 3. Periódicos tutelados pela administração educativa regional (local de edição e frequência, anos de 1980-1990)

Local de edição	Frequência
Porto	4
Coimbra	2
Viana do Castelo	1
Barcelos	1
Braga	1
Santarém	1
Vila Real	1
Lisboa	1

Fonte: Silva (2010).

Além das Direções Regionais de Educação, há outros serviços desconcentrados do Ministério da Educação (na dependência ou não das primeiras) que são editores ou tutelam publicações periódicas. De sublinhar a existência de Coordenações de Área Educativa (CAE), assim como de Coordenações Distritais da Direção-Geral de Adultos (demonstrando a importância desse subsistema de

ensino e a forma como se articula com projetos de desenvolvimento local). A este último respeito, são bem elucidativos os periódicos *Maresia* (Viana do Castelo, 1985) e *Seiva* (Barcelos, 1985); não esqueçamos, ainda, que também o título *Presença* (Braga, 1991-1992) e a *Revista Educativa* (Vila Real, 1995-1998) divulgam atividades de formação desenvolvidas no âmbito da Educação Recorrente e Extraescolar (dirigidas, pois, a adultos nos diversos concelhos dos citados distritos). Por outro lado, a Direção-Geral do Ensino Básico, nomeadamente, a coordenação regional de Coimbra, é responsável pela publicação de um periódico que dá corpo a um projeto de formação contínua de professores. Note-se que a formação contínua de docentes dos ensinos básicos e secundário só é institucionalizada em 1992. A ideia era, pois, conforme se refere no aludido periódico, vencer “o isolamento dos locais de trabalho” (*Boletim Projecto de Formação Contínua dos Professores do Ensino Primário*, n.º 3, Coimbra, 1985). Mencione-se, na mesma linha, o título *Um novo futuro para a minha cidade* (Porto, 1985), da responsabilidade da delegação do Porto da Direção-Geral do Ensino Básico – concerne a um projeto conduzido por professores do ensino básico, tendo por objetivo a valorização de ambientes urbanos e a construção de recursos educativos. Trata-se, uma vez mais, de uma experiência de formação contínua de docentes. A mesma delegação, aliás, tutela um projeto prévio, dirigido a professores do ensino preparatório, que está na origem da revista *A Renascença Urbana e a Escola* (Porto, 1984-1985). É importante, por outro lado, enfatizar o facto de o Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional (do Ministério da Educação) estar sediado na cidade do Porto. Na verdade, é o organismo encarregue de coordenar o sistema de ensino não superior nas áreas da educação tecnológica, artística e profissional. *Boletim de Informação GETAP* (Porto, 1989-1992), órgão noticioso do mencionado Gabinete, constitui uma fonte preciosa para estudar o modelo educativo das escolas profissionais (criadas pelo Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de janeiro).

Uma palavra a respeito dos locais de edição dos periódicos tutelados pela administração educativa regional. Em primeiro lugar, verifica-se a ausência de títulos publicados na região sul do país. Em segundo, é notório que a esmagadora maioria dos títulos é publicada por serviços regionais do Ministério da Educação implantados em cidades de referência (apenas uma não é capital de distrito).

Os periódicos editados pelos serviços regionais do Ministério da Educação evidenciam uma forte ligação ao meio local e ao desenvolvimento de projetos de ação educativa em contexto, designadamente, no capítulo da formação contínua de professores e da educação de adultos. Acresce dizer que as revistas publicadas pelas Direções Regionais de Educação (*Território Educativo*, Porto; *Educação no Centro*, Coimbra; *Práticas*, Lisboa) têm maior abrangência de assuntos, procurando, simultaneamente, o contributo de autores provenientes da Academia como forma de legitimação das políticas educativas. O que referimos é particularmente verdadeiro no caso da revista *Território Educativo*, objeto de análise na próxima secção.

## 2.1. A revista *Território Educativo* (1997-2002)

### 2.1.1. Caracterização

A revista *Território Educativo*, órgão da Direção Regional de Educação do Norte (Porto), foi publicada entre maio de 1997 e fevereiro de 2002<sup>1</sup>. Nasce, justamente, no ano seguinte ao estabelecimento dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (Despacho 147-B/ME/96). No primeiro editorial, assinado pelo Diretor Regional de Educação, Jorge Martins, assumia-se claramente que a “primeiríssima prioridade [era] dar voz às experiências quotidianas realizadas nas e pelas escolas” (*Território Educativo*, n.º 1, maio de 1997, p. 3). Mas, a ideia era também envolver num debate alargado os vários atores educativos: associações de pais, autarquias, empresas, professores e educadores, entre outros (cf. Idem). A verdade é que, ao longo dos dez números que foram publicados, *Território Educativo* foi dando corpo ao anunciado desiderato, abordando questões diretamente relacionadas com a prática letiva e o contexto da sala de aula, nomeadamente, a aplicação de currículos flexíveis, a criação de percursos educativos de “qualidade” e, mesmo, a melhoria das aprendizagens dos alunos. Em causa, preocupações de ordem pedagógica plenamente atuais, que se traduzem, por exemplo, na consagrada expressão *diferenciação pedagógica*. Tratava-se, segundo refere Jorge Martins, de encontrar alternativas ao modelo “pronto-a-vestir” (Idem). Por outro lado, a revista dedica especial atenção a questões correlatas aos modos de gestão do sistema de ensino (é frequente a abordagem ao tema da descentralização), bem como à autonomia das escolas. E, claro, o tópico dos territórios educativos granjeia especial atenção. De facto, paralelamente a rubricas que dão a conhecer as escolas e as experiências nelas vividas (“Visita guiada”), ou que põem em destaque o testemunho profissional de docentes (“Uma vida com história”), sem esquecer o espaço concedido a uma diversidade de temas da atualidade no contexto educativo em causa (“Em foco”), na sua estrutura a revista consagra, ao longo de todo o ciclo de publicação, um “Dossiê” temático intitulado, nos primeiros seis números, “Território Educativo”; nos últimos quatro números, o mencionado “Dossiê” dedica-se, sobretudo, à reorganização curricular dos ensinos básico e secundário (na ordem do dia).

### 2.1.2. A rubrica “Dossiê”

Indiciámos já os grandes temas abordados na rubrica “Dossiê”: i) questões correlatas à territorialização das políticas educativas; ii) a reorganização curricular dos ensinos básico e secundário. Por via de regra, em cada edição, o “Dossiê” é constituído por três artigos (com caráter argumentativo). A partir do ano de 1998 (portanto, praticamente desde o início da publicação da revista), a orientação editorial é marcada pela institucionalização do Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos de Educação

<sup>1</sup> Até ao número 3 da revista é expressamente indicado tratar-se de uma publicação trimestral. Em bom rigor, foi semestral até ao ano 2000. No último biénio é publicado um número por ano

Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário (Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio). De resto, em 1998, justamente nas páginas da revista (rubrica "Dossiê"), Ana Benavente, à data Secretária de Estado da Educação e Inovação, reafirmava a ideia de que a autonomia era a dimensão fundamental da territorialização das políticas educativas (cf. *Território Educativo*, n.º 3, "Dossiê", junho de 1998). Nessa linha de pensamento, e segundo orientação consagrada no Programa do XIII Governo, aos serviços centrais do Ministério da Educação competiam funções normativas, de avaliação e de inspeção, cabendo aos serviços regionais acompanhar e apoiar as escolas; estas últimas detinham "o primado na organização geral do sistema num quadro de autonomia que responsabiliza cada estabelecimento de ensino [e] valoriza as dinâmicas locais de agrupamento dos recursos educativos (associações de escolas)" (*Território Educativo*, n.º 3, "Dossiê", junho de 1998, pp. 42-43). Há mais duas ideias fortes defendidas por Ana Benavente, que serão, aliás, abordadas por diversos autores em vários artigos publicados na rubrica "Dossiê". Em agenda, por um lado, o pressuposto da *diversificação*, ou seja, o de que a ação educativa só pode ser "concebida e desenvolvida a partir da consideração da especificidade dos contextos" (Idem, p. 43); e, por outro lado, o fundamento da *descompartimentação institucional*, o mesmo é dizer, da abertura das escolas públicas a outras instituições e atores, no sentido de rentabilizar recursos "para o reforço de dinâmicas de inovação pedagógica de âmbito territorial" (Idem, p. 43).

Vejamos, agora, de que forma tais ideias são vertidas nos artigos publicados na rubrica "Dossiê". O próximo Quadro apresenta os artigos classificados por temáticas principais<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Para cada artigo, em função do conteúdo, definimos quatro palavras-chave (unidades de referência).

Quadro 4. Artigos classificados por temáticas principais (rubrica "Dossiê")

Temáticas principais/ Números e anos de edição	N.º 1 1997	N.º 2 1997	N.º 3 1998	N.º 4 1998	N.º 5 1999	N.º 6 1999	N.º 7 2000	N.º 8 2000	N.º 9 2001	N.º 10 2002
Aprendizagem dos alunos			1							
Articulação Pré- Escolar/ 1.º Ciclo		1			3	1	1		1	1
Autonomia das escolas	1	1	2	2		1		2		
Autonomia dos educandos										
Autoridade dos professores		1								
Avaliação (escolas/ professores/ alunos)			1					1	2	
Currículo/ Flexibilização curricular		2				2	3	1	2	1
Descentralização educativa	2	1	1	1						
Diferenciação pedagógica							1			
Diversificação do sistema educativo			1		2					
Educação para a cidadania/ Multiculturalidade						2		1		
Educação pré-escolar		1								
Encerramento de escolas do 1.º ciclo	1									1
Escola e mundo profissional	1						1			
Escola democrática										
Escola urbana vs. Escola rural		1						1		
Exclusão social									1	1
Flexibilização da organização pedagógica	1			1					1	2
Formação contínua de professores					1	1				1
Inovação pedagógica			1				1			
Insucesso escolar	1									
Mal-estar docente	1									
Modelos de direção e gestão das escolas					2					
Orientação educativa dos alunos (apoios educativos e serviços de psicologia e orientação)				1						
Profissionalidade docente		1			1	1	1			1
Projeto educativo				1		2				1
Rede de bibliotecas públicas	1									
Reformas educativas		1			1					
Relação escola / família/ comunidade	1	1	1	2		2				
Relação pedagógica	1									
Territorialização das políticas educativas	1	1			2		2	1		

Fonte: *Território Educativo* (1997-2002).

Não surpreende que o maior número de referências diga respeito à autonomia das escolas. De facto, conforme se afirmou, a orientação editorial da revista é claramente marcada pela publicação do Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio. A ideia que está presente, bem explicitada, aliás, por um articulista, é a de que o “essencial das transformações educativas passar-se-á ao nível das escolas e dos territórios” (*Território Educativo*, n.º 3, “Dossiê”, junho de 1998, p. 51). Se é certo que o referido diploma institui uma mudança de filosofia – nomeadamente, a capacidade de as escolas poderem regular a sua organização e, conseqüentemente, de alterar a sua relação com a administração central –, não menos verdade é afirmar que lançava enormes desafios, antecipando um longo caminho a percorrer (cf. *Território Educativo*, n.º 4, “Dossiê”, dezembro de 1999). No final do milénio, João Barroso (1999, p. 139) clamava, justamente, por uma alteração das políticas e das práticas existentes, sublinhando, por exemplo, a “necessidade de articular as medidas de reforço da autonomia das escolas com o processo de transferência de competências para as autarquias, num quadro mais vasto de territorialização das políticas educativas”; processo que virá a intensificar-se no decurso dos anos de 2000 (sobretudo, a partir de 2003). Em linha com o que foi afirmado, tenhamos em mente que o tema da descentralização é apenas abordado nos primeiros quatro números da revista *Território Educativo* (num momento quente do debate em Portugal, que culminará, aliás, no referendo de 1998). Em 1997, por exemplo, António M. Sousa Fernandes considerava que, até à data, as decisões políticas haviam sido mais reativas do que ativas, mantendo-se, em larga medida, a perspetiva centralista (cf. *Território Educativo*, n.º 1, “Dossiê”, maio de 1997). Mas, outros temas traduzem a ideia de que o essencial das mudanças passar-se-ia ao nível das escolas e dos territórios. Com efeito, além das referências à territorialização das políticas educativas, assim como à flexibilização da organização pedagógica, é notória a preocupação com o currículo/ flexibilização curricular (cf. Quadro 4). Esta última deve ser entendida à luz da perspetiva expressa por Luísa Alonso, ou seja, a da necessidade de existir maior ligação da cultura escolar e da cultura social e experiencial dos alunos aos seus contextos de proveniência (cf. *Território Educativo*, n.º 7, “Dossiê”, maio de 2000).

Por outro lado, a ideia de *descompartimentação institucional* (a qual, relembramos, se prende com a abertura das escolas públicas a outras instituições e atores) está patente nas referências à temática “Relação escola/ família/ comunidade” e “Escola e mundo profissional” (cf. Quadro 4).

Há temas que têm, manifestamente, pouca expressão (cf. Quadro 4). Veja-se, a título de exemplo, o baixo número de referências a “inovação educacional” ou, a título de exemplo, a “formação contínua de professores”. Nas páginas da revista *Território Educativo*, especificamente, na rubrica “Dossiê”, são, sobretudo, divulgados/ abordados grandes projetos (é o caso da reorganização curricular), bem como as linhas orientadoras das medidas de territorialização educativa, assentes, fundamentalmente, no diploma de Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos

de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário. No ano de 2001, Paulo Abrantes enfatizava a ideia de que não bastava “generalizar” projetos. Na verdade, segundo o autor, a reorganização curricular não consistia em “exportar para a generalidade das escolas do país um modelo acabado [...] as soluções concretas terão que ser encontradas em cada escola, no contexto do seu próprio projeto educativo” (*Território Educativo*, n.º 9, “Dossiê”, julho de 2001).

Se olharmos para os autores (por campo profissional e instituição) responsáveis pelos artigos publicados na rubrica “Dossiê”, ficamos a perceber melhor de que forma a administração educativa regional procurou legitimar as políticas educativas emanadas da administração central.

Quadro 5. Autores por campo profissional e instituição (*Território Educativo*, rubrica “Dossiê”)

Autor	Ocupação	Instituição
José Madureira Pinto	Professor universitário	Faculdade de Economia, Universidade do Porto
Mário Almeida	Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses	Associação Nacional de Municípios Portugueses
António M. Sousa Fernandes	Professor universitário	Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho
Luis Braga da Cruz	Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN)	CCRN
Agostinho Ribeiro	Professor universitário	Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto
José Alberto Correia	Professor universitário	Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto
Ana Benavente	Secretária de Estado da Educação e Inovação	Ministério da Educação
Guilherme de Oliveira Martins	Secretário de Estado da Administração Educativa	Ministério da Educação
Augusto Santos Silva	Professor universitário	Faculdade de Economia, Universidade do Porto
José Maria Azevedo	Diretor Regional de Planeamento e Desenvolvimento na CCRN	CCRN
Fernando F. Sampaio	Presidente da C.E.I. da Escola Secundária de Amarante	Escola Secundária de Amarante
Luíza Cortesão	Professora universitária	Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto
José Maia	Sacerdote, presidente da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social	União das Instituições Particulares de Solidariedade Social
Isabel Menezes	Professora universitária	Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto
Carlinda Leite	Professora universitária	Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto
José Augusto Pacheco	Professor universitário	Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho
Lúisa G. Alonso	Professora universitária	Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho
Manuel Jacinto Sarmiento	Professor universitário	Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho
Arsélio Martins	Professor do ensino secundário	Escola Secundária José Estêvão
Domingos Fernandes	Diretor do Departamento do Ensino Secundário	Ministério da Educação
Paulo Abrantes	Diretor do Departamento do Ensino Básico	Ministério da Educação
Ismael Mendes	Professor do ensino secundário	?
Rui Trindade	Professor universitário	Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto
Ariana Costme	Professora universitária	Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto
Eduardo Marçal Grilo	Ministro da Educação	Ministério da Educação
Almerindo Janela Afonso	Professor universitário	Universidade do Minho
Manuel S. Matos	Professor universitário	Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto

Fonte: *Território Educativo* (1997-2002).

No conjunto dos autores sobressai o peso da Academia. Na verdade, 55,6% são docentes universitários com filiação à Universidade do Porto ou à Universidade do Minho (a atuação profissional é, maioritariamente, na área das Ciências da Educação). O "Dossiê" em análise é, assim, usado pela Direção Regional de Educação do Norte para legitimar "cientificamente" as medidas de política educativa emanadas da administração central. Veja-se, aliás, que o peso relativo de autores ligados à administração central é superior ao dos representantes da administração regional. Mais, entre os autores é diminuta a presença de docentes do ensino não superior (7,4% e apenas do ensino secundário), acentuando, em nosso entender, a afirmação de princípios teóricos.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa análise pretendeu demonstrar a importância que a imprensa de educação e ensino tem na mediatização do conhecimento educacional. O caso da revista *Território Educativo* é paradigmático. De facto, a sua publicação inicia-se num momento de intenso debate educativo. Relembre-se, na segunda metade da década de 1990, a reflexão participada sobre os currículos do ensino básico, mas também toda a discussão em torno dos "territórios educativos" e do regime de autonomia das escolas. Em especial, a rubrica "Dossiê" afirma-se como veículo de legitimação das políticas educativas emanadas da administração central, enfatizando, assim, o carácter oficial da publicação (órgão da Direção Regional de Educação do Norte). Todavia, não podemos ver o periódico apenas por esse prisma. Há, efetivamente, outras rubricas (por exemplo, "Visita guiada") nas quais se dá voz às escolas e aos profissionais que estavam diretamente envolvidos com a aplicação dos princípios teóricos veiculados (nomeadamente, os docentes dos ensinos básico e secundário). É, no mínimo, interessante que temas que alimentaram o debate educativo na segunda metade da década de 1990 (em particular, a autonomia das escolas e a flexibilização do currículo) estejam de novo na ordem do dia.

**REFERÊNCIAS**

- BARROSO, João (1999). *A Escola entre o Local e o Global. Perspetivas para o Século XXI*. Lisboa: Educa e Fórum Português de Administração Educacional.
- CANÁRIO, Rui (2004). Territórios educativos e políticas de intervenção prioritária: uma análise crítica. *Perspectiva*, 22 (1), pp: 47-78.
- CARVALHO, Luís Miguel & Cordeiro, Jorge (2009). A Circulação do Esperanto Educacional: comparando duas revistas de educação e ensino (1920-1935). In CARVALHO, Luís Miguel & Ó, Jorge Ramos do, *Emergência e Circulação do Conhecimento Psicopedagógico Moderno (1880-1960). Estudos comparados Portugal-Brasil*. Lisboa: Educa/Unidade de I & D de Ciências da Educação, pp. 195-236.
- CARVALHO, Luís Miguel & Ó, Jorge Ramos (2009). *Emergência e circulação do conhecimento psicopedagógico moderno (1880-1960). Estudos comparados Portugal-Brasil*. Lisboa: Educa; Unidade de I & D de Ciências da Educação.
- CRUZ, Luís Braga da (1997). As políticas educativas e os territórios, *Território Educativo*, 2, pp. 14-15.
- SILVA, Carlos Manique de (2010). *Publicações periódicas do Ministério da Educação. Repertório analítico (1861-2009)*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital.